

posição remuneratória (entre 6.ª e 7.ª) da tabela do anexo II do Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de Julho.

Paços do Município de Vila Nova de Gaia, 08 de Janeiro de 2010. — O Director Municipal de Administração e Finanças, por subdelegação de competências, *A. Carlos Sousa Pinto*.

302774342

Aviso n.º 1678/2010

Luis Filipe Menezes Lopes, Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, faz público que:

Nos termos e para efeitos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna público que nos termos do n.º 1 do artigo 9.º-C aditado ao Decreto Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, pelo Decreto Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, cessaram os cargos de direcção superior de 1.º grau: em 5 de Novembro de 2009, o Director Municipal de Protocolo e Relações Institucionais, Artur Jorge Silva Sousa Basto; em 4 de Novembro de 2009, o Director Municipal de Urbanismo, Engenheiro João Fernando Sampaio da Mota e Silva. Cessaram ainda com o mesmo fundamento legal os cargos de direcção intermédia de 1.º grau em 5 de Novembro de 2009, o Director de Departamento Municipal de Urbanismo, Arqtº Carlos Alexandre de Sousa Carvalho Bogas; em 4 de Novembro de 2009, a Directora de Departamento Municipal de Mobilidade e Transportes, Engenheira Maria Teresa Ferreira Braga Barbosa Lopes Moás; em 1 de Novembro de 2009, a Directora de Departamento Municipal de Ambiente e Salubridade, Engenheira Maria Mercês Duarte Ramos Ferreira.

Paços de Concelho de Vila Nova de Gaia, 12 de Janeiro de 2010. — O Director da Direcção Municipal de Administração e Finanças — *Dr. A. Carlos Sousa Pinto*.

302783374

Aviso n.º 1679/2010

Luis Filipe Menezes Lopes, Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, faz público que:

Nos termos e para efeitos do disposto na alínea *i*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna público que nos termos do n.º 1 do artigo 9.º-C aditado ao Decreto Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, pelo Decreto Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, cessou o cargo de direcção superior de 1.º grau: em 19 de Outubro de 2009, o Director Municipal de Obras Municipais e Mobilidade, Engenheiro Fernando Gomes Perpétua Moreira.

Paços de Concelho de Vila Nova de Gaia, 12 de Janeiro de 2010. — O Director da Direcção Municipal de Administração e Finanças — *Dr. A. Carlos Sousa Pinto*.

302783244

MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Regulamento n.º 54/2010

Luís Filipe Soromenho Gomes, Presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António:

Torna público que, por deliberação tomada em reunião ordinária da Câmara Municipal realizada em 15 de Dezembro de 2009, e aprovação da Assembleia Municipal, em sua sessão de 28 de Dezembro de 2009, depois de ter sido submetido a inquérito público através de publicação efectuada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 196, de 9 de Outubro de 2009, foi aprovado o Regulamento do Concelho Municipal da Juventude, em conformidade com a versão definitiva que a seguir se reproduz na íntegra.

Paços do Município de Vila Real de Santo António, 08 de Janeiro de 2010. — O Presidente da Câmara, *Luís Filipe Soromenho Gomes*.

Regulamento do Conselho Municipal de Juventude

Preâmbulo

Considerando que as Autarquias Locais, em virtude da sua maior proximidade com a população, se constituem como órgãos privilegiados na criação de condições para uma efectiva participação dos cidadãos.

Considerando o interesse de que se reveste o fomento de medidas que possibilitem e incentivem a população mais jovem a exercer com empenho e de forma participativa os seus direitos de cidadania.

Considerando o interesse que se reconhece ao envolvimento activo da população, e nomeadamente dos mais jovens, no processo de desenvolvimento do Concelho.

Considerando a importância da criação de um espaço de autonomia para a efectivação do debate crítico, com o intuito de estimular a organização e participação dinâmica e consciente da juventude local.

Assim:

Ao abrigo do princípio consagrado na Constituição da República Portuguesa, em especial do artigo 70.º, os jovens gozam de protecção especial para efectivação dos seus direitos económicos, sociais e culturais e a política de juventude deverá ter como objectivos prioritários o desenvolvimento da personalidade dos jovens, a criação de condições para a sua efectiva integração na vida activa, o gosto pela criação livre e o sentido de serviço à comunidade que o Estado deve fomentar apoiando as organizações juvenis na prossecução desses objectivos.

Nos termos do disposto na Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro (alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro que atribui competências especiais aos municípios) e da lei n.º 8/2009 de 18 de Fevereiro, neste domínio e para efeitos de aprovação pela Assembleia Municipal, nos termos da alínea *a*) do n.º 6 do artigo 64.º e da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 53.º, do mesmo diploma legal.

Artigo 1.º

Definição

1) O Conselho Municipal da Juventude (CMJ) é um órgão consultivo do Pelouro da Juventude da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António ao qual compete pronunciar-se sobre todos os assuntos de interesse para o município, relacionados com a juventude.

2) A criação do Conselho Municipal de Juventude visa estimular a participação dos jovens na vida cívica, cultural e política e proporcionar-lhes meios para o estudo e debate sobre diversas temáticas que digam respeito à juventude.

3) Ao criá-lo, a Câmara Municipal pretende ir ao encontro e dar satisfação às aspirações dos jovens, sendo certo que, também desta forma, corporizará, a nível concelhio, um instrumento de diálogo e debate para os problemas juvenis, que em muito ajudará a aprofundar e ampliar o seu conhecimento e resolução.

Artigo 2.º

Composição

1) O Conselho Municipal de Juventude é composto pelos seguintes membros:

a) Presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, que preside, podendo este, excepcionalmente, fazer-se substituir pelo Vereador do pelouro da Juventude;

b) Um membro da assembleia municipal de cada partido ou grupo de cidadãos eleitores representantes na assembleia municipal;

c) Um representante do município no conselho regional da juventude;

d) Um representante de cada organização de juventude partidária com representação nos órgãos do município de Vila Real de Santo António;

e) Um representante de cada associação de estudantes do ensino básico e secundário com sede no município de Vila Real de Santo António inscrito no RNAJ;

f) Um representante de cada federação de estudantes inscrita no RNAJ cujo âmbito geográfico de actuação se circunscreva à área do concelho de Vila Real de Santo António ou nas quais as associações de estudantes com sede no município de Vila Real de Santo António representem mais de 50% dos associados;

g) Um representante de cada Associação Juvenil com sede no município de Vila Real de Santo António inscrita no RNAJ;

h) Um representante de cada associação jovem e equiparadas associações juvenis, nos termos do n.º 3 do artigo 3.º da lei n.º 23/2006, de 23 de Junho, de âmbito nacional.

Artigo 3.º

Observadores

Nos termos do artigo 5.º da Lei n.º 8/2009, de 18 de Fevereiro, integram ainda o Conselho Municipal de Juventude, com estatuto de observador permanente, sem direito de voto:

a) Associações sediadas no Concelho e que desenvolvam a título principal actividades relacionadas com a juventude;

b) Associações Juvenis não registadas no RNAJ;

c) Grupos informais de jovens não registados no RNAJ.

Artigo 4.º

Participantes externos

Podem ser convidados a participar nas suas reuniões do Conselho Municipal de Juventude, sem direito de voto, pessoas de reconhecido

mérito, outros titulares de órgãos da autarquia, representantes das entidades referidas no número anterior que não disponham do estatuto de observadores permanente ou representantes de outras entidades públicas ou privadas cuja presença seja considerada útil para os trabalhos.

Artigo 5.º

Competências consultivas

1) Compete aos conselhos municipais de juventude emitir parecer obrigatório sobre as seguintes matérias:

- a) Linhas de orientação geral da política municipal para a juventude, constantes do plano anual de actividades;
- b) Orçamento municipal, no que respeita às dotações afectas às políticas de juventude e às políticas sectoriais com aquela conexas;
- c) Projectos de regulamentos e posturas municipais que versem sobre matérias que respeitem às políticas de juventude.

2) O conselho municipal de juventude deve ainda ser auscultado pela câmara municipal durante a elaboração dos projectos de actos previstos no número anterior.

3) Compete ainda ao conselho municipal de juventude emitir parecer facultativo sobre iniciativas da câmara municipal com incidência nas políticas de juventude, mediante solicitação da câmara municipal, do presidente da câmara ou dos vereadores, no âmbito das competências próprias ou delegadas.

4) A assembleia municipal pode também solicitar a emissão de pareceres facultativos ao conselho municipal de juventude sobre matérias da sua competência com incidência nas políticas de juventude.

Artigo 6.º

Emissão dos pareceres obrigatórios

1) Para efeitos de emissão dos pareceres obrigatórios previstos nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo anterior, a câmara municipal deve solicitá-los imediatamente após a sua aprovação, remetendo os referidos documentos ao conselho municipal de juventude.

2) Para efeitos de emissão do parecer obrigatório previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo anterior, a câmara municipal deve solicitá-lo imediatamente após a aprovação do regulamento para consulta pública, remetendo ao conselho municipal de juventude toda a documentação relevante.

3) O parecer do conselho municipal de juventude deverá ser remetido ao órgão competente para a deliberação final, no prazo máximo de 15 dias contados a partir da solicitação referida nos números anteriores.

Artigo 7.º

Competências de acompanhamento

Compete ao Conselho Municipal de Juventude acompanhar e emitir recomendações aos órgãos do município sobre as seguintes matérias:

- a) Execução da política municipal de juventude;
- b) Evolução das políticas públicas com impacte na juventude do município, nomeadamente nas áreas do emprego e formação profissional, habitação, educação e ensino superior, cultura, desporto, saúde e acção social;
- c) Incidência da evolução da situação sócio — económica do município entre a população jovem do mesmo;
- d) Participação cívica da população jovem do município, nomeadamente no que respeita ao associativismo juvenil.

Artigo 8.º

Competências eleitorais

Compete ao Conselho Municipal de Juventude:

- a) Eleger o representante do município no conselho regional de juventude;
- b) Eleger um representante no conselho municipal de educação.

Artigo 9.º

Divulgação e informação

Compete ao Conselho Municipal de Juventude, no âmbito da sua actividade de divulgação e informação:

- a) Promover o debate e a discussão de matérias relativas à política municipal de juventude, assegurando a ligação entre os jovens residentes no município e os titulares dos órgãos da autarquia;
- b) Divulgar junto da população jovem residente no município as suas iniciativas e deliberações;

- c) Promover a realização e divulgação de estudos sobre a situação dos jovens residentes no município.

Artigo 10.º

Organização interna

No âmbito da sua organização interna, compete ao Conselho Municipal de Juventude:

- a) Aprovar o plano e o relatório de actividades;
- b) Aprovar o seu regimento interno;
- c) Constituir comissões eventuais para missões temporárias.

Artigo 11.º

Competências em matéria educativa

Compete ainda ao Conselho Municipal de Juventude acompanhar a evolução da política de educação através do seu representante no conselho municipal de educação.

Artigo 12.º

Comissões intermunicipais de juventude

Para o exercício das suas competências no que respeita a políticas de juventude comuns a diversos municípios, o Conselho Municipal de Juventude podem estabelecer formas permanentes de cooperação, através da constituição de comissões intermunicipais de juventude.

Artigo 13.º

Direitos dos membros do conselho municipal de juventude

1) Os membros do Conselho Municipal de Juventude identificados nas alíneas d) a i) do artigo 4.º têm o direito de:

- a) Intervir nas reuniões do plenário;
- b) Participar nas votações de todas as matérias submetidas à apreciação do Conselho Municipal de Juventude;
- c) Eleger o representante do município no conselho municipal de educação;
- d) Eleger o representante do município no conselho regional de juventude;
- e) Propor a adopção de recomendações pelo Conselho Municipal de Juventude;
- f) Solicitar e obter acesso à informação e documentação necessárias ao exercício do seu mandato, junto dos órgãos e serviços das autarquias locais, bem como das respectivas entidades empresariais municipais.

2) Os restantes membros do Conselho Municipal de Juventude apenas gozam dos direitos identificados nas alíneas a), e) e f) do número anterior.

Artigo 14.º

Deveres dos membros do conselho municipal de juventude

1) Os membros do Conselho Municipal de Juventude têm o dever de:

- a) Participar assiduamente nas reuniões do conselho ou fazer -se substituir, quando legalmente possível;
- b) Contribuir para a dignificação dos trabalhos do Conselho Municipal de Juventude;
- c) Assegurar a articulação entre as entidades que representam e o Conselho Municipal de Juventude, através da transmissão de informação sobre os trabalhos deste.

Artigo 15.º

Competências do presidente

1 — Compete ao presidente do Conselho Municipal De Juventude:

- a) Presidir às sessões, declarar a sua abertura, suspensão ou encerramento;
- b) Convocar as reuniões do Conselho Municipal de Juventude, fixando a respectiva ordem de trabalho;
- c) Dirigir os respectivos trabalhos, podendo ainda suspendê-los ou encerrá-los antecipadamente, quando circunstâncias excepcionais o justifiquem, mediante decisão fundamentada, a incluir na acta da reunião;
- d) Admitir e rejeitar propostas, reclamações, requerimentos, moções, recomendações e protestos que sejam apresentados pelos seus membros;
- e) Conceder e retirar a palavra aos participantes;
- f) Assegurar o cumprimento do regimento;
- g) Proceder à marcação de faltas;

h) Assegurar a execução das deliberações do Conselho Municipal de Juventude;

i) Decidir sobre todas as questões de interpretação e integração do regimento, bem como exercer quaisquer competências que lhe sejam conferidas pelo regimento;

j) Assegurar o envio das avaliações, propostas e recomendações emitidas pelo Conselho Municipal de Juventude para os serviços e entidades com competências executivas nas matérias a que os mesmos respeitem.

Artigo 16.º

Âmbito do mandato

1) Os membros que compõem o Conselho Municipal da Juventude estão mandatados, pelas organizações que representam, para exercerem livremente a competência conferida por este órgão.

2) A duração do mandato dos membros do Conselho Municipal de Juventude, será da responsabilidade das associações que, ao haver mudanças, devem comunicar, por escrito, ao Presidente do Conselho Municipal da Juventude.

Artigo 17.º

Substituição

1 — As entidades representadas no Conselho Municipal da Juventude podem substituir os seus representantes, efectivos e substitutos, mediante comunicado por escrito, em papel timbrado da organização, dirigida ao presidente do Conselho Municipal da Juventude, com a antecedência mínima de 10 dias úteis em relação à data da próxima reunião.

2 — Os membros do Conselho Municipal da Juventude podem renunciar ao seu mandato, através de comunicação às estruturas directivas da associação que representam, devendo esta proceder, imediatamente, à substituição do seu representante, e comunicar tal alteração por escrito, ao Presidente do Conselho Municipal da Juventude.

3 — O Presidente do Conselho Municipal da Juventude, após deliberação do Conselho, solicitará às Entidades representadas a substituição dos seus membros que faltem injustificadamente a duas reuniões consecutivas.

Artigo 18.º

Direito voto

1 — As entidades representadas no Conselho Municipal de Juventude, a que se refere o artigo 3.º, têm direito a um voto;

2 — O direito ao voto é pessoal não podendo ser delegado;

3 — As deliberações são tomadas por votação nominal, devendo o presidente votar em último lugar;

4 — As deliberações que envolvam a apreciação de comportamentos ou das qualidades de qualquer pessoa são tomadas por escrutínio secreto. Em caso de dúvida, o Conselho Municipal de Juventude deliberará sobre a forma de votação a adoptar;

5 — Nas situações descritas no ponto anterior o visado não poderá participar na votação;

6 — Em caso de empate nas deliberações, o presidente do Conselho Municipal de Juventude tem voto de qualidade, salvo se a deliberação se tiver efectuado por escrutínio secreto;

7 — Havendo empate em votação por escrutínio secreto, proceder-se-á de imediato a nova votação e, se o empate se mantiver, adiar-se-á a deliberação para a reunião seguinte. Se na primeira votação dessa reunião se mantiver o empate, proceder-se-á a votação nominal;

8 — As deliberações são tomadas por maioria absoluta dos membros presentes com direito a voto.

Artigo 19.º

Admissibilidade das associações

As Associações que se constituam durante o mandato, podem, a todo o tempo, integrar o Conselho Municipal de Juventude, desde que, por escrito, mostrem nisso interesse e que reúnam, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- a) Sejam associações ou organismos equiparados;
- b) Tenham sede ou delegações no Concelho;
- c) Tenham secções ou departamentos Juvenil;
- d) Tenham trabalhado efectivamente com e a favor dos jovens

Artigo 20.º

Alteração ao regulamento

Poderão ser introduzidas alterações ao presente Regulamento desde que aprovadas por maioria absoluta dos membros efectivos do Conselho Municipal de Juventude com direito a voto.

Artigo 21.º

Criação e extinção do conselho municipal de juventude

O Conselho Municipal de Juventude é criado por deliberação da Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António, sobre proposta da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, e poderá ser extinto do mesmo modo, exigindo-se a observação de uma maioria de três quartos por parte da Assembleia Municipal.

Artigo 22.º

Funcionamento

1 — O Conselho Municipal de Juventude funciona em local definido pela Câmara Municipal, que faculta o apoio logístico, administrativo e financeiro necessário ao seu funcionamento.

2 — O Conselho Municipal de Juventude reunirá, ordinariamente, uma vez por trimestre, sendo uma das reuniões destinadas à apreciação e emissão de parecer em relação ao plano anual de actividade e ao orçamento do município e outra destinada à apreciação do relatório de actividade do município.

3 — E reunirá, extraordinariamente, sempre que o presidente da Conselho Municipal de Juventude o decidir, ou mediante requerimento de pelo menos um terço dos seus membros com direito a voto

4 — As convocatórias serão feitas pelo presidente do Conselho Municipal de Juventude ou seu representante, remetidas para o domicílio das entidades representadas no Conselho Municipal de Juventude, com antecedência de 8 dias úteis.

5 — Caso o presidente não compareça, nem se faça substituir na reunião convocada nos termos do número anterior, compete ao plenário a eleição de um presidente *Ad hoc* de entre os seus membros, em sessão presidida por um dos secretários da mesa ou pelos seus substitutos, preferindo o mais novo.

6 — No início de cada mandato o plenário elege dois secretários de entre os seus membros que, juntamente com o presidente, constituem a mesa do plenário do Conselho Municipal de Juventude.

7 — As reuniões do Conselho Municipal de Juventude devem ser convocadas em horário compatível com as actividades académicas e profissionais dos membros.

8 — Das convocatórias, deve constar o dia e hora em que se realizará, ordem de trabalhos e caso haja alteração do local anteriormente designado, a indicação de novo local.

Artigo 23.º

Ordem de trabalhos

1 — A definição da ordem de trabalhos do Conselho Municipal de Juventude é da responsabilidade do seu Presidente.

2 — Os conselheiros municipais poderão solicitar ao presidente do Conselho Municipal de Juventude a inclusão de temas para discussão, desde que se insiram no âmbito da respectiva competência do órgão, e o pedido seja efectuado por escrito com a antecedência mínima de 15 dias úteis sobre a data da próxima reunião.

3 — O presidente do Conselho Municipal de Juventude deve, à semelhança dos prazos estipulados para o envio da convocatória, enviar em simultâneo para os conselheiros municipais, cópia de todos os documentos que tenha em sua posse e que sejam necessários para o cumprimento da ordem de trabalhos.

Artigo 24.º

Comissões

1) O Conselho Municipal de Juventude pode criar comissões permanentes ou comissões eventuais para a realização de estudos ou trabalho que sejam da sua competência.

2) O presidente das comissões e os demais membros são eleitos pelo plenário do Conselho Municipal de Juventude.

3) Os membros do Conselho Municipal de Juventude indicados na qualidade de autarcas não podem pertencer à comissão permanente.

4) As regras de funcionamento da comissão permanente são definidas no regimento do Conselho Municipal de Juventude.

Artigo 25.º

Actas das reuniões

1 — De cada reunião do Conselho Municipal da Juventude e das comissões serão lavradas actas, que conterá um resumo de tudo o que nela tiver ocorrido, indicando, designadamente, a data e o local da reunião, os membros presentes, os assuntos apreciados, as deliberações tomadas e o resultado das respectivas votações.

2 — As intervenções dos membros do Conselho só serão transcritas em acta, quando, expressamente, seja solicitado.

3 — As actas são colocadas a aprovação de todos os membros no início da reunião seguinte.

Artigo 26.º

Quórum

1 — O Conselho Municipal de Juventude reunirá à hora marcada na convocatória se estiver presente mais de metade dos Conselheiros com direito a voto.

2 — Até trinta minutos depois da hora marcada para o início, pode o Conselho Municipal de Juventude reunir, caso entretanto se verifique haver quórum nos termos do número anterior.

3 — Na falta de quórum previsto no número anterior será convocada de imediato nova reunião com o intervalo de pelo menos vinte e quatro horas, prevendo-se nessa convocação que o Conselho Municipal de Juventude deliberará desde que esteja presente um terço dos membros com direito a voto, em número não inferior a três.

Artigo 27.º

Normas aplicáveis

Ao funcionamento do Conselho Municipal de Juventude de Vila Real de Santo António aplica-se o disposto no respectivo regimento, a aprovar na primeira reunião plenária após a sua constituição, no presente Regulamento, na Lei n.º 8/2009, de 18 de Fevereiro e no Código do Procedimento Administrativo.

Artigo 28.º

Casos omissos

As omissões e as dúvidas que surjam na interpretação do presente regulamento serão resolvidas por deliberação do Conselho Municipal de Juventude de Vila Real de Santo António.

Artigo 29.º

Lei habilitante

O presente Regulamento tem por legislação habilitante o disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e o preceituado na alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º e da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e a lei n.º 8/2009 de 18 de Fevereiro.

302772828

FREGUESIA DE AMORA

Aviso n.º 1680/2010

Procedimento Concursal Comum

Para os devidos efeitos, torna-se público que, na sequência da deliberação da Junta de Freguesia de Amora de 05 de Janeiro de 2010, encontra-se aberto pelo período de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, procedimento concursal comum, para recrutamento na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo determinado — contrato a termo resolutivo certo, para preenchimento de dois postos de trabalho, previstos e não ocupados no mapa de pessoal desta Freguesia, na carreira/categoria de Assistente Operacional, pelo período de um ano, para funções na área de Administração Urbanística.

1 — Legislação aplicável: Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de Julho, Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro e Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

2 — Local de trabalho: As funções serão exercidas na área da Freguesia

3 — Descrição sumária das competências: Promover a execução e acompanhamento de obras da Freguesia, por administração directa, executar pequenas reparações nas Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico e Infantários da Rede Pública, proceder a acções de limpeza dos espaços públicos, efectuar transporte de materiais e colaborar em todas as iniciativas culturais e desportivas promovidas pela Junta de Freguesia;

4 — Posicionamento remuneratório: O candidato seleccionado será integrado na posição remuneratória da categoria, podendo ser objecto de negociação com a entidade empregadora, nos termos previstos no artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

5 — Habilitações literárias exigidas: Titularidade da escolaridade mínima obrigatória, não havendo possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional, de acordo com alínea a), do n.º 1 do artigo 44.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro.

6 — Prazo de validade: O procedimento concursal é válido para o preenchimento de dois postos de trabalho.

7 — Requisitos de Admissão:

7.1 — Os candidatos deverão preencher os requisitos previstos no artigo 8.º da lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro:

- a. Ter nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
- b. Ter 18 anos de idade completos;
- c. Não estar inibido do exercício de funções públicas ou não interdito para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- d. Possuir robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício de funções;
- e. Ter cumprido as leis da vacinação obrigatória.

7.1.1 — Na falta de apresentação dos documentos, devem os candidatos declarar no requerimento de admissão que reúnem tais requisitos.

7.2 — Requisitos específicos:

- a. Ser possuidor de carta de condução da categoria B.

7.3 — Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do órgão ou serviço idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publicita o procedimento.

8 — Forma e prazo de apresentação das candidaturas:

8.1 — Prazo — 10 úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

8.2 — Forma — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante preenchimento de formulário tipo, modelo disponível na Secretaria, ou no site desta Junta de Freguesia em <http://www.jf-amora.pt>, podendo ser entregues pessoalmente na sede da Junta até ao último dia do prazo fixado, ou remetidas por correio registado, com aviso de recepção, para Rua 1.º de Maio, lote 4, Amora 2845-125 Amora, expedido até ao termo do prazo fixado, nele devendo constar obrigatoriamente os seguintes elementos:

- a. Identificação do procedimento Concursal, referenciando o número e data do *Diário da República*, onde vem publicado o presente aviso
- b. Identificação completa do candidato pelo nome, filiação, naturalidade, nacionalidade, estado civil, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, número de contribuinte, residência completa, telefone e endereço electrónico, caso exista;
- c. Declaração sobre compromisso de honra da situação precisa em que se encontra, relativamente a cada um dos requisitos referidos no n.º 7.1, deste aviso, bem como os demais factos constantes da candidatura;

8.2.1 — A candidatura deve ainda ser acompanhada da seguinte documentação, sob pena de exclusão:

- a. Currículo actualizado, datado e assinado;
- b. Fotocópia legível do certificado de habilitações;
- c. Fotocópia do bilhete de identidade e cartão de contribuinte;

9 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

9.1 — Assiste ao Júri a faculdade de exigir a qualquer candidato em caso de dúvida sobre a situação que descreve no seu currículo, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

10 — Quanto aos métodos de selecção:

10.1 — Conforme consta da deliberação da Junta de Freguesia, tendo em conta o Protocolo de Delegação de Competências celebrado com a Câmara Municipal do Seixal e o consequente aumento excepcional e temporário da actividade que daí deriva, os postos de trabalho têm que estar preenchidos tão urgente quanto possível. Aplicando os dois métodos obrigatórios para o recrutamento, previstos no n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, tendo em conta os prazos de notificação e ainda os de audiência de interessados, tornar-se impossível preencher os postos de trabalho em causa, em tempo útil, o que causaria graves e irreparáveis transtornos, tanto para os serviços, como para a população, impedindo o normal desenvolvimento de actividades e a prossecução das atribuições cometidas por lei a esta Junta de Freguesia. Assim, dada a urgência da contratação, optou-se pela prerrogativa prevista no n.º 4 do artigo 53.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e no n.º 4 do artigo 6.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, e aplicar apenas um único método de selecção.